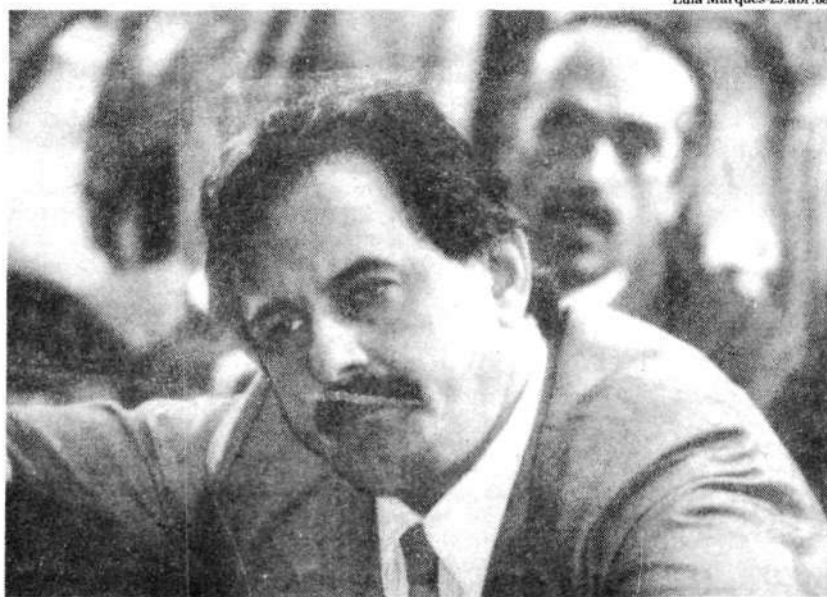


Constituição atual impede novas emendas no 2º turno, diz Jobim

Da Sucursal de Brasília

Lula Marques-25.abr.88

A discussão entre os constituintes sobre a conveniência de se alterar o regimento interno para permitir emendas de mérito no segundo turno de votações do texto da nova Carta baseia-se numa premissa falsa, segundo o líder interino do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). "Não é o regimento que impede, é a própria emenda constitucional que convocou a Constituinte que estabeleceu esse limite", disse Jobim. No segundo turno só são permitidas emendas supressivas, de omissão, erro, contradição e corretivas de linguagem.



O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), líder interino do partido na Constituinte

O artigo 3º da emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 85, diz: "A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte." Segundo Jobim, isto quer dizer que todos os pontos da nova Carta terão recebidos 280 votos duas vezes: "Se forem permitidas emendas de mérito no segundo turno, qualquer coisa aprovada desta maneira terá sido votada apenas uma vez, tornando necessária a hipótese absurda de um terceiro turno de votação para cumprir a emenda constitucional. Ai a gente não acaba nunca", afirmou.

O próprio presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, comanda uma resistência para impedir a alteração nas regras do jogo. "Não existe isso", garantiu à Folha na sexta-feira, quando perguntado sobre alterações regimentais que estariam sendo articuladas pelo Palácio do Planalto.

Outra discussão no Congresso é sobre a possibilidade de se pedir DVS (destaque para votação em separado) de emendas no segundo turno de votação. De acordo com este recurso, introduzido pelo Centrão no regimento em vigor, uma emenda supressiva que reunisse 187 assinaturas de apoio poderia ser votada como um destaque em separado. Isto é, o autor da emenda não precisa reunir 280 votos para retirar do texto o trecho em questão. Os interessados em mantê-lo é que precisariam reunir 280 votos.

Nelson Jobim condena qualquer mudança, inclusive a possibilidade do DVS. "Isso não está previsto no regimento, e só interessa àqueles que desejam ver excluídos certos pontos da nova Carta e querem se livrar do ônus de reunir 280 votos para efetivar sua intenção."

Segundo o secretário-geral do

Congresso constituinte, Paulo Affonso Martins de Oliveira, os estudos para a adoção do DVS no segundo turno estão na mesa do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. "O regimento não se manifesta sobre isso", disse, acrescentando que Ulysses é que vai decidir sobre o assunto.

A característica das emendas supressivas também divide os constituintes. Ulysses prefere a interpretação de que as emendas devem referir a artigos inteiros. Um dos coordenadores do Centrão, o deputado José Lins (PFL-CE), quer que seja permitida a supressão de palavras isoladas ou expressões. Isso pode resultar, na prática, a inversão de sentido de um artigo, bastando, por exemplo, que se suprima uma negação no texto. Algo como "não será permitido" pode virar "será permitido". (MXM)

Lobby militar faz operação de guerra para garantir vitórias na Constituinte

MARCELO TOGNOZZI

Da Sucursal de Brasília

A aprovação do texto do Centrão na votação da anistia aos militares cassados, na última terça-feira, selou a vitória total dos Ministérios militares no Congresso constituinte. O sucesso do lobby militar junto aos 559 parlamentares que estão escrevendo a próxima Constituição foi consequência de uma bem montada operação de guerra, em que o teatro de operações era o plenário e a estratégia de ação obedeceu aos ensinamentos dos livros que tratam das táticas de combate.

A tropa de choque dos três Ministérios militares, representada pelos assessores parlamentares, foi escolhida a dedo pelos ministros. É formada pelo general-de-brigada Werlon Coaracy de Roure e o coronel Gilberto Serra, do Exército; o capitão-de-mar-e-guerra Luiz Paulo Aguiar Reguffe (depois substituído pelo capitão-de-mar-e-guerra Alberto Annarumma), da Marinha; e o tenente-coronel Pedro Josino Cordeiro, da Aeronáutica. Agindo de forma coordenada, conseguiram garantir a prevalência do ponto de vista dos seus comandantes em todas as votações de interesse das Forças Armadas.

Divisão do inimigo

A manutenção do papel das Forças Armadas, de defesa externa e de responsabilidade pela manutenção da ordem interna (artigo 167 do título V), foi preservada já no início dos trabalhos do Congresso constituinte, na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança, cujo presidente foi o deputado José Tavares (PMDB-PR) e o relator o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE).

A estratégia escolhida foi a de rachar o inimigo, como já previra o professor Geraldo Cavagnari, coronel da reserva do Exército, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, em ensaio publicado em dezembro de 1987.

O professor explicou que "eles optaram por uma manobra de posição central (...), empregada contra um adversário que está disperso (no caso os pequenos partidos de esquerda e a ala "progressista" do PMDB), não concentrado, que não pode se reunir em tempo oportuno, de modo a estabelecer uma frente contínua não-desdobrável. Em linhas gerais, a manobra em posição central consiste em adotar-se um comportamento defensivo em todas

as partes, menos em uma, onde se vai tomar uma atitude ofensiva; depois de bater uma das forças do adversário, atua-se contra as demais antes que elas se concentrem. Ao adotar esse tipo de manobra, ao invés da manobra frontal (...), o sistema autoritário visou à desarticulação do adversário, de modo que o fraturasse em múltiplas frentes distintas, para que a oposição pudesse ser batida por partes", escreveu Cavagnari ("As Forças Armadas no Brasil", editora Espaço e Tempo, pág. 67).

A estratégia de desarticular a esquerda começou com a indicação do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) para relator da Subcomissão. Fiuza se tornou o parlamentar mais ligado ao lobby militar. "É lógico que eu orientei os militares no início dos trabalhos, quando ainda não tinham adquirido o traquejo necessário para atuarem no Congresso com desenvoltura", contou Fiuza.

Bancada militar

Fiuza costumava promover reuniões com os parlamentares da chamada "bancada militar" no gabinete do senador Lourival Baptista (PFL-SE), "para expor as posições dos militares ao pessoal de centro". Nessas reuniões, era sempre consultada uma espécie de cartilha distribuída pelos assessores militares ("Temas constitucionais —subsídios"), com os principais pontos de vista das Forças Armadas.

Outro homem-chave do lobby militar no Congresso foi o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ex-coronel: "Eles vinham ao meu gabinete e se sentiam à vontade principalmente pela minha origem militar. Indicavam dúvidas e caminhos. Mas quem mais nos ajudou foi o deputado José Genoíno (PT-SP), porque cada vez que ele chamava a atenção para determinados pontos, nós armávamos o contra-ataque."

Para Genoíno, o lobby dos militares foi o mais competente de toda a Constituinte. "Sua eficiência é inegável, porque os assessores são extremamente preparados, conhecem profundamente o assunto de que estão tratando e são extremamente cordiais, verdadeiros 'gentlemen'", reconheceu o deputado petista.

O deputado, que é considerado o especialista do PT para questões militares (há até uma brincadeira de que se Lula for eleito presidente da República ele será o ministro do Exército), não gostou de experimentar sucessivas derrotas para o lobby

militar. Prefere culpar os peemedebistas. "O PMDB abandonou a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança. Cedeu às pressões do PFL que reivindicou para si a indicação do relator e a consequência foi a legitimação da tutela militar sobre o poder civil. Não mudou nada", queixa-se Genoíno.

O bem-amado

Depois da votação do papel das Forças Armadas, quem mais se bateu pela manutenção do general Werlon Coaracy de Roure (que recebeu as duas estrelas 31 de março passado e foi designado para ocupar a Diretoria do Patrimônio de Brasília) foi o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. "O Roure imprimiu um ritmo de trabalho altamente eficiente. Hoje, se chamarmos um assessor militar, ele aparece imediatamente no gabinete com papéis debaixo do braço e pronto para discutir qualquer questão, o que não acontece com os civis", elogia Lourenço.

O motivo de tanta admiração da "bancada militar" pelo general Roure tem suas raízes no fato de ele ser um excelente relações-públicas. Sempre bem vestido, sorridente e solícito, o general circula com intimidade pelas dependências do Congresso. Roure foi responsável pela mudança de posição de muitos congressistas.

"O general Roure, assim como os outros assessores militares, me mostraram seus problemas, discutiram abertamente comigo, me abriram o acesso a ministros —como o da Aeronáutica, Moreira Lima— e eu, que defendia a aprovação da emenda baseada na comissão Afonso Arinos (que limitava a intervenção interna dos militares), acabei votando no texto do Centrão", admitiu o deputado José Tavares.

Além dos ministros militares, que com a vitória no Congresso reforçaram sua liderança junto à tropa, os assessores militares também saíram ganhando. Roure foi promovido a general-de-brigada, o comandante Luiz Paulo Aguiar Reguffe foi para a subchefia do gabinete do ministro da Marinha, Henrique Saboia. O tenente-coronel Pedro Josino Cordeiro ainda não tem destino certo, mas conta com a perspectiva de um futuro próspero, já que o ministro Moreira Lima foi assessor parlamentar antes de virar comandante da Força Aérea.